
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de Governança da Universidade Federal de Pelotas é formada principalmente pelos órgãos da Administração Superior: I - Conselho Diretor da Fundação (CONDIR); II - Conselho Universitário (CONSUN); III - Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e IV - Reitoria.

O Conselho Diretor é o órgão supervisor da gestão econômico-financeira, nos termos do artigo 17 do Decreto no 65.881, de 16 de dezembro de 1969.

O Conselho Universitário (CONSUN) é o órgão supremo da Universidade com funções normativa, consultiva e deliberativa.

O Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) é o órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e extensão, com funções consultiva, normativa e deliberativa.

A estrutura de controle interno principal da Universidade é a Unidade de Auditoria Interna, compreendida de grande relevância a sua atuação no sentido de prestar assessoramento à alta administração, propondo ações corretivas para os desvios gerenciais identificados, objetivando contribuir para a melhoria quanto à economicidade, eficiência e eficácia, inclusive nas ocasiões em que haja suspeitas de práticas fraudulentas dentro da Universidade. A Unidade de Auditoria também contribui para que a Universidade cumpra a sua missão institucional, com qualidade de ensino e comprometimento com a aprendizagem.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

Informações sobre o relacionamento da Unidade de Auditoria Interna com as demais instâncias de governança da UFPel

a) Normativos que regem a atuação da Audin:

A Audin possui Regimento Interno (R.I.) aprovado pela Resolução 01/2014, do CONDIR, em 18/02/2014, que estabelece seus objetivos, organização, competências e procedimentos éticos. Possui também um Manual de Auditoria Interna (Maint), que padronizou as ações de auditoria interna. Esses normativos são encontrados, respectivamente, nas seguintes páginas da Internet: <http://wp.ufpel.edu.br/audin/audin/regimento-interno/> e <http://wp.ufpel.edu.br/audin/publicacoes/>.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Audin:

A independência da Audin está demonstrada a partir da sua vinculação direta ao Conselho Superior da Fundação (CONDIR), conforme dispõe a Resolução nº 04, de 23 de maio de 2013, do Conselho Universitário (CONSUN), vinculação essa que obedece ao Decreto 3.591/2002, alterado pelo Decreto 4.304/2002, que dispõe no art. 15, §§3º e 4º, que “a auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes”.

A objetividade da Audin pode ser comprovada a partir da análise dos seus relatórios de auditorias, relativos às ações planejadas e realizadas relativas ao exercício de 2016, os quais anunciam com clareza seus objetivos, os critérios utilizados, os achados e recomendações respectivas, bem como suas conclusões enunciadas de forma pertinente e equilibrada.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Pelotas – Audin/ UFPel, criada por intermédio da Resolução nº 02/1986 do Conselho Universitário, é vinculada ao Conselho Diretor da Universidade – CONDIR e, de acordo com seu Regimento Interno, é órgão técnico de controle, avaliação e fortalecimento da Gestão.

O Manual de Auditoria Interna da UFPel dispõe que a área de atuação da Audin compreende todos os setores que formam a estrutura administrativa da Universidade, estando sujeitos à análise todos os sistemas, processos, operações, funções e atividades da UFPel.

A estratégia adotada para atuação está vinculada ao PAINT, aonde constam as ações de auditoria programadas para serem executadas no exercício respectivo.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UFPel:

A Audin situa-se na sala 443, do prédio da Reitoria (Anglo), e possui, para desenvolver seus trabalhos, uma boa estrutura física e tecnológica, considerada suficiente para a realização de suas atividades. Na área de pessoal, estão em atividade três auditores de carreira: Carlos Arthur Saldanha Dias – Chefe da Auditoria, com formação em Direito; Renata Pereira Cardoso, com formação em Economia; Helen Letícia Grala Jacobsen, com formação em Direito. A partir do mês de março de 2017 voltou à Unidade um contador, Gerson Luiz Cardoso da Silva, que estava afastado para mestrado. Há também uma auditora, Letícia dos Passos Pereira Dias, em licença maternidade até agosto de 2017.

A escolha do titular da Audin dá-se de acordo com a Portaria nº 915, de 29/04/2014, da CGU. A nomeação do atual titular seguiu as disposições dessa Portaria, quais sejam: aprovação pelo CONDIR do nome do indicado, acompanhado do seu *currículum vitae* e da declaração de não responsabilização por ato irregular, conforme o Art. 1º da Portaria nº 915; após análise da documentação recebida, a CGU, por intermédio do Ofício nº 32055/2014, de 02/12/2014, comunicou que não há impedimentos legais à indicação do servidor Carlos Arthur Saldanha Dias, SIAPE nº 2558505, para exercer o cargo de Auditor Interno Chefe da Unidade de Auditoria da UFPel; publicação, em 05/12/2014, no Diário Oficial da União, da Portaria 2254, de 04/12/2014, da UFPel, nomeando o servidor para o cargo.

Pela Resolução nº 04, de 23 de maio de 2013, do Conselho Universitário (CONSUN), a Audin está diretamente ligada ao CONDIR da Fundação Universidade Federal de Pelotas.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações:

A partir do ano de 2015 foi adotada a prática da realização da Reunião de Busca Conjunta de Soluções, que ocorre após a emissão e envio do Relatório Preliminar de Auditoria ao gestor responsável pela área auditada. Nessa reunião são discutidas as constatações e recomendações da Auditoria Interna, objetivando acordar soluções de consenso para as questões levantadas. O resultado dessa reunião serve como base para a manutenção ou reforma das recomendações do Relatório Preliminar, mantendo a Auditoria, no caso de não haver consenso, a recomendação no Relatório Final. Essa reunião é devidamente formalizada através de uma ata. Após a finalização do relatório de cada ação, e antes de sua publicação, é marcada reunião com o dirigente máximo da instituição (Reitor, presidente do CONDIR), quando então são apresentados e discutidos os resultados da auditoria.

Em relação à assunção dos riscos, de acordo com o constante no Manual de Auditoria Interna – Maint, página 19, caso o dirigente/gestor opte pelo não seguimento das recomendações expedidas, este passará a assumir o risco da não implementação da medida saneadora proposta. Tal posição deverá ser formulada por escrito pelo dirigente/gestor, para fins de registro.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência:

A sistemática de comunicação à alta gerência se dá de acordo com o descrito no item “e” anterior. Em relação à apresentação ao CONDIR, como a última reunião realizada foi no início de 2016,

os relatórios finalizados foram apresentados apenas ao seu presidente (Reitor). Os resultados das auditorias, consubstanciados no RAINT 2016, são apresentados ao CONDIR em sua primeira reunião anual.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais delas decorrentes:

Em junho de 2016 houve a reintegração à Audin de uma auditora que estava afastada para realização de mestrado. A partir dessa data a equipe passou de duas para três auditoras a realizar as ações de auditoria programadas no PAINT 2016. A equipe contou também com o apoio de um bolsista da área da administração.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O sistema correcional da UFPel insere-se na esfera de atuação da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD), órgão vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja missão essencial consiste na condução de expedientes voltados à apuração de possíveis irregularidades administrativas cometidas por servidores públicos (artigos 143 e 148 da Lei n.º 8.112/1990) ou por acadêmicos, sendo esses últimos regidos pelas disposições constantes no Regimento da Universidade (<http://wp.ufpel.edu.br/scs/regimento/>), com aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999.

Diante das denúncias/representações de irregularidades narradas aos canais competentes (Ouvidoria, Auditoria Interna, Direção de Gabinetes da Reitoria ou qualquer outra unidade administrativa ou acadêmica), aportando a notícia na CPPAD, é realizado um juízo prévio de admissibilidade acerca da necessidade e utilidade de instauração do incidente disciplinar, à luz da legislação vigente e dos normativos expedidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), com amparo, ainda, nas disposições constantes no Manual de PAD da CGU, em consonância com a Portaria GR n.º 1.944, de 03 de setembro de 2013.

Finalizada essa análise preliminar, o expediente é encaminhado ao Magnífico Reitor, o qual, de acordo com o art. 54 do Regimento da UFPel, é a autoridade competente para instaurar todo e qualquer procedimento disciplinar nessa Universidade. Determinada a instauração de comissão apuratória (através de despacho ou portaria), realizadas as providências relativas à instrução processual e produzido o relatório final com as conclusões da comissão, o processo é encaminhado à Procuradoria

Federal junto à UFPel, para exame de regularidade do expediente, cf. Portaria GR nº 1.366, de 12 de setembro de 2011.

PADs instaurados em 2016	13
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2016	00
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2016	07
Ritos Sumários instaurados em 2016	03
PADs julgados 2016	07
Ritos Sumários julgados 2016	03

Após, o processo é remetido ao dirigente máximo da Universidade para julgamento e, se for o caso, aplicação das pertinentes sanções administrativas. Oportuno destacar que, em se tratando de processo disciplinar referente à apuração de responsável de irregularidade praticada por acadêmico, havendo recomendação de aplicação da penalidade de expulsão, a competência para julgamento pertencerá ao Conselho Universitário (CONSUN), cf. art. 330 do Regimento da UFPel.

No ano de 2016 foi realizado um novo curso também ministrado pelo CENTRESAF/RS, no mês de maio, na modalidade *in company*, com duração de 40 horas, que contou com a participação de 14 servidores da UFPel que passaram a compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares. Dessa forma, a CPPAD passou a atuar com 32 membros ativos, incluindo-se os servidores capacitados no exercício anterior, os quais foram responsáveis, neste exercício, pela condução de 37 processos administrativos entre sindicâncias investigativas, PAD's.

Ficam demonstradas no quadro abaixo as demais ações correcionais gerais referentes ao ano de 2016 na UFPel:

Quadro 45 - Ações Correcionais Gerais

Sindicâncias julgadas em 2016	06
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2016	01
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2016	01

Fonte: Gabinete

Atualmente a CPPAD encontra-se em pleno funcionamento, realizando a condução de ritos correccionais (investigações/diligências preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares - PAD's), com lastro nos postulados constitucionais e legais de espécie, visando à instrução do expediente em conformidade com os princípios do contraditório, devido processo legal e ampla defesa; ao mesmo tempo em que articula com demais órgãos da Universidade medidas e atividades preventivas, no intuito de reduzir as ocorrências na área disciplinar.

Como estrutura física a CPPAD dispõe de duas salas sendo uma exclusiva para a realização dos procedimentos disciplinares, tendo à disposição das Comissões: ambiente climatizado, computador para a confecção das atas e relatórios e espaço devidamente mobiliado para a realização de oitivas. E outra sala em que funciona o corpo técnico da Comissão, onde estão dispostos os arquivos e demais móveis e equipamentos necessários para o regular funcionamento da Comissão, assim como dois técnicos administrativos com efetivo exercício naquele local.

Por fim, salientamos que a Comissão Permanente de Processos Administrativos e Disciplinares realiza o registro das informações relativas a processos disciplinares no *Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD*, em consonância com a Portaria CGU nº 1043, de 20 de junho de 2007, assim que os expedientes são recebidos na unidade.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Em dezembro de 2016 foi elaborada proposta com vistas a dar cumprimento à Portaria nº 1.658/2016 do Reitor da UFPel e ao que prescreve o artigo 17 da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10/05/2016 (IN).

Nela foram explicitados:

1. Objetivos da Política de Gestão de Riscos
2. Conceitos Relevantes
3. Elementos Institucionais que devem ser monitorados na Gestão de Riscos
 - a. Princípios

b. Objetivos

4. Subsídios para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC)

a. Princípios relativos a Gestão de Risco, conforme artigo 14 da IN, para orientar a elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos pelo CGRC

b. Diretrizes e subsídios para identificação, avaliação tratamento, monitoramento e comunicação de riscos (alíneas do inciso II do artigo 17 da IN)

i. *como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização*

ii. *como e com qual periodicidade serão identificados, avaliados, tratados e monitorados os riscos*

iii. *como será medido o desempenho da gestão de riscos*

iv. *como serão integradas as instâncias do órgão ou entidade responsáveis pela gestão de riscos*

v. *a utilização de metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos*

vi. *o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos*

vii.

5. Referente a atores e suas responsabilidades (inciso II do artigo 17):

6. Composição e competências do CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controles (artigo 23)

7. Proposição de grupo permanente de estudos sobre governança, controles e gestão de riscos

8. Cronograma

Como a proposta foi apresentada ao final de 2016, ficou indicado que, uma vez aprovada, o Reitor constituirá, no prazo de 15 dias, o Comitê de Governança, Riscos e Controles e, no prazo de 180 dias de sua constituição, esse Comitê deverá elaborar, aprovar e iniciar a implementação do Plano de Gerenciamento de Riscos.